



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

O BERÇO DO PARLAMENTO GAÚCHO

PROJETO DE LEI

JULIO CESAR
PEREIRA DA
SILVA:632803
02072

Assinado de forma
digital por JULIO
CESAR PEREIRA DA
SILVA:63280302072
Dados: 2023.05.03
12:47:34 -03'00'

**AUTORIZA O EXECUTIVO
MUNICIPAL A FIRMAR TERMO
DE PERMISSÃO DE USO DE
ÁREA PÚBLICA COM A IGREJA
EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE
DEUS MONTE SINAI.**

Art. 1º Fica autorizado o Município do Rio Grande, nos termos do art. 86, §3º da Lei Orgânica do Município, a firmar Termo de Permissão de Uso de área pública com a Igreja Evangélica Assembleia de Deus Monte Sinai, trata-se de um terreno urbano, localizado no loteamento denominado Castelo Branco, nesta cidade, representado pelos lotes 1,2 e 3 da quadra 34, com as seguintes medidas e confrontações: Terreno próprio, parte da quadra 34 do loteamento Presidente Castelo Branco, com 24,00 metros de frente a leste com face para Rua I, lado par, com mesma medida de fundo a oeste, confrontando-se com terreno destinado ao posto médico com 25 metros de comprimento lateral por ambos os lados, confrontando-se ao sul com o terreno remanescente desta quadra e ao norte com a Rua S, com a qual faz esquina”.

Parágrafo único: A área descrita no *caput* deste artigo é destinada para a regularização de cedência já existente desde o ano de 1986, onde havia um comodato entre a Igreja mencionada e a extinta CRD, tendo como instrumento de cessão, um contrato de comodato.

Art. 2º A Permissão de Uso de que trata o artigo 1º será realizada à título gratuito e terá vigência de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada por igual período a critério das partes.

Art. 3º A Permissão de Uso autorizada no artigo 1º será firmada mediante Termo de Permissão, o qual deverá ter execução fiel e integral pelo beneficiário, revertendo as benfeitorias erigidas ao Patrimônio Público Municipal ao final da permissão.

§ 1º - A Permissão terá cláusula de reversão obrigatória na hipótese do descumprimento das cláusulas e condições do Contrato de Permissão de Uso.

§ 2º - Durante o prazo da permissão de uso o concessionário poderá utilizar o bem da forma que melhor lhe interessar para a consecução de seus fins, não podendo, contudo, alienar ou transferir o mesmo.

Art. 4º Caso a área objeto da Permissão de Uso deixe de ser ocupada pela Igreja, a mesma será revertida para o Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

O BERÇO DO PARLAMENTO GAÚCHO

Ofício nº 084-2023-CMRG
Prot. 1441-2023

Rio Grande, 02 de maio de 2023.

A Sua Excelência
Fábio de Oliveira Branco
Prefeito Municipal
Rio Grande-RS

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Encaminhamos a Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 034, em anexo, para sua devida apreciação, aprovado na data de hoje.

Atenciosamente,

JULIO CESAR
PEREIRA DA
SILVA:63280302072

Assinado de forma digital
por JULIO CESAR PEREIRA
DA SILVA:63280302072
Dados: 2023.05.03
12:49:55 -03'00'

Ver. Julio Cesar Pereira da Silva
Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande

ANEXO: AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE ÁREA PÚBLICA COM A IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS MONTE SINAI.